

QUANDO A CRÔNICA Floresce

A EDIPUCRS acaba de publicar o livro de crônicas do Ir. Elvo Clemente QUANDO A CRÔNICA Floresce. Luiz Antonio de Assis Brasil apresenta o livro com o texto *Testemunho de Fé e Humanismo*.

No livro de 220 páginas perpassam os textos reunidos em títulos: Cambiantes da crônica; Crônica e cultura; Cultura e humanismo latino; Português além dos mares – escritores de África; Academia e escritores do Rio Grande do Sul; Universidade, história, mestres e idéias; Na trilha de Marcelino Champagnat; Crônica vida e sentido do viver.

A 4ª capa apresenta sugestivo parágrafo. *A crônica atravessa os séculos, vibrátil, fugaz, ora ingênua ou matreira, espelhando sempre a face mais escondida da vida que se tenciona revelar. É o jogo ligeiro, sério ou arteiro de quem deseja partilhar com outros o que lhe vai inquieto no recôndito mais profundo do ser. Texto literário que joga com todos os recursos da linguagem sem jamais esgotar-lhe a profundidade.*

Avaliação do grau de subjetividade nos processos de retextualização: fala/escrita e escrita/fala

Valéria Pinheiro Raymundo
PUCRS

Introdução

Faraco e Tezza (1993) afirmam que quem aprende uma língua, aprende um conjunto variado de linguagens. Essas variações se aproximam em grau maior ou menor da língua padrão. A língua padrão é o conjunto de formas consideradas como o modo correto, socialmente aceitável, de falar ou escrever, descritas e sistematizadas pelas gramáticas estruturais. No entanto, quando se fala em língua padrão, há três aspectos que devem ser considerados. Ela não é uniforme, ou seja, apresenta variações geográficas; níveis de formalidade; estilos individuais; e modalidades de uso oral/escrito. Ela evolui com o tempo, isto é, passa por transformações de nível fonético, morfosintático, semântico e pragmático, as quais parecem ser mais ágeis na modalidade oral. O outro aspecto da língua padrão é que sua referência também muda. Tradicionalmente, a referência da língua padrão era a dos bons escritores. Hoje, é a dos meios de comunicação. Esse novo referencial fez surgir um espectro de gêneros textuais, inclusive os orais, aos quais as gramáticas estruturais são insensíveis.

Em geral, no cotidiano, dominamos as formas lingüísticas, mas nos tornamos inseguros nas situações em que a língua padrão é exigida, como nas provas escolares escritas ou nas falas em público, criando problemas para alunos e profissionais que precisam ocasionalmente fazer uso da língua padrão. Esse contexto suscita uma reciclagem no modo de ver essas modalidades da língua, valorizando a fala como um processo que deve ser explorado tanto quanto a escrita.

Fávero (1999) comenta que, por conter um volume considerável de elementos pragmáticos (pausas, hesitações, alongamentos de vogais e consoantes, repetições, ênfases, truncamentos, entre outros), a língua falada foi considerada durante muito tempo, até meados da década de 60, como o lugar do caos. Entretanto, com o surgimento dos estudos do texto, o enfoque vai deixando de fixar-se apenas no produto e se desloca para o processo. A linguagem deixa de ser vista como mera verbalização e passa a ser observada como uma atividade interacional que ocorre sob determinadas condições de produção. Essa nova perspectiva teórica faz surgir a necessidade de mudanças na prática. Nesse sentido, o ensino de línguas, onde se inclui a língua portuguesa como língua materna, deveria ser uma reflexão sobre a língua como atividade social oriunda de um processo individual, e não apenas como código estrutural exterior ao sujeito.

O objetivo deste artigo é apresentar um estudo realizado em outubro de 2003 que se caracterizou pela seguinte tarefa: avaliar o grau de subjetividade na retextualização da fala para a escrita e da escrita para a fala a partir da comparação entre esses dois processos. Para realizar essa tarefa, foram analisados dados de dois informantes que elaboraram textos orais e escritos a partir do mesmo tópico. Esses textos foram produzidos em ordem diferente por cada um dos informantes. Um deles produziu o texto oral antes do texto escrito enquanto o outro produziu o texto escrito antes do oral. A intenção era a de verificar como se comportava o grau de subjetividade diante dessa ordem, comparando os dois processos de retextualização.

Como suporte teórico, foram abordados os fundamentos das teorias da enunciação, cujos conceitos estão inscritos no modelo estruturalista. Nesses fundamentos, foram incluídas as visões de Saussure e de Benveniste sobre o signo lingüístico, as relações entre as modalidades oral e escrita e os processos de retextualização sugeridos por Marcuschi. A escolha desses tópicos se justifica pelo fato de que, quando se fala na relação fala/escrita, é importante definir o plano dessa relação. Essa pode dar-se no plano das formas (códigos, sistemas) e no plano dos processos (realizações, discursos). Quanto às formas, nos situamos no sistema da língua, visão que se aproxima da de Saussure, e quanto aos processos, estamos no discurso, visão que se aproxima da de Benveniste. Nas atividades de retextualização, os dois aspectos estão envolvidos, motivo pelo qual alguns aspectos do código, neste estudo, foram analisados para avaliar os processos, visão mais próxima da de Marcuschi.

Fundamentos das teorias da enunciação

Ao definir a linguagem como o objeto da Lingüística, Saussure (2000) discute a dificuldade em concretizar tal definição. Como a linguagem é um objeto de valor subjetivo, os pontos de vista são variados. Assim, pode-se ver a linguagem sob diferentes abordagens. O estudo da linguagem comporta, portanto, pelo menos duas partes: um estudo unicamente psíquico, que tem por objeto a língua (*langue*), essencialmente social e independente do indivíduo, e um estudo psico-físico, que tem por objeto a fala (*parole*), parte individual da linguagem, onde se inclui também a fonação.

Para ele, a língua é um sistema de signos que associa imagens acústicas a conceitos, ambos de natureza psíquica. Ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo. Saussure estabelece que a cristalização da língua como fato social se deve ao fato de os indivíduos reproduzirem os mesmos signos unidos aos mesmos conceitos. Pelo funcionamento das faculdades de recepção e de produção, nos indivíduos falantes, é que se formam as marcas que chegam a ser sensivelmente as mesmas em todos. Dessa forma, ele define a língua como um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente nos cérebros de um conjunto de indivíduos.

Enquanto a *langue* existe na coletividade, a *parole* só existe na coletividade através de manifestações individuais e momentâneas. Nesse sentido, a *parole* é um ato individual de vontade e de inteligência realizado pelo falante no intuito de exprimir seu pensamento pessoal, o qual pode se concretizar através da modalidade oral e/ou da escrita. A *langue*, verdadeiro sistema de signos para Saussure, é o produto que o indivíduo registra passivamente sem premeditação.

A língua tem a possibilidade de fixação e sistematização em dicionários e gramáticas. É um patrimônio extenso e ninguém a possui na totalidade, contudo, cada sujeito escolhe na língua os meios de expressão de que necessita para comunicar-se. A fala é fruto da necessidade psicológica de comunicação e expressão e, como é a realização individual da língua, torna-se flutuante e varia, pois muda de indivíduo para indivíduo e de situação para situação. Altera-se facilmente pela influência dos estados psíquicos, ascensão social, migração e mudança de atividade dos falantes.

Benveniste (1996) comenta que, quando Saussure introduziu a idéia de signo lingüístico, ele pensava ter dito tudo sobre a natureza da língua; não parece ter visto que ela podia ser outra coisa,

exceto no quadro da oposição bem conhecida que ele estabelece entre *langue* e *parole*. Para Benveniste, é no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe. O papel do signo é o de representar, o de tomar o lugar de outra coisa evocando-o a título de substituto. Utilizamos, em nosso dia-a-dia, vários sistemas de signos, entre eles estão os signos da linguagem oral, que são aqueles cuja aquisição começa mais cedo, com o início da vida consciente; e os signos da escrita, que são adquiridos um pouco mais tarde, com o início de uma instrução escolar. Para Benveniste, mesmo sendo duas modalidades lingüísticas de estruturas diferentes, a oralidade e a escrita podem revelar semelhanças e, por isso, são mutuamente conversíveis. Tudo depende da maneira como se colocam os dois sistemas, dos parâmetros que se empregam e dos campos em que se opera.

Na visão de Benveniste, a língua é um sistema orgânico de signos lingüísticos. Um elemento pode relacionar-se com outro simultaneamente presentes na mesma porção do enunciado (relação sintagmática) e pode relacionar-se com outro mutuamente substituível (relação paradigmática). Os signos, segundo ele, podem ser classificados como uma só espécie, que coincide com a palavra. No entanto, o sentido da palavra depende da frase e a frase constitui um todo, que não se reduz à soma de suas partes. Nesse sentido, a palavra é um constituinte da frase, efetua-lhe a significação, mas não aparece necessariamente na frase com o sentido que tem como unidade autônoma. Com esse raciocínio, Benveniste conclui que a frase contém signos, podendo ser ela mesma um signo.

A frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação. Num primeiro momento de sua reflexão, Benveniste deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos. Num segundo momento, ele propõe um outro conceito, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso. A partir desse ponto, a frase passa a pertencer ao discurso.

Para haver comunicação, é preciso que os que se comunicam tenham uma certa referência da situação. O sentido da frase, no entanto, não implica referência somente à situação de discurso, mas também à atitude do locutor. O sentido da frase é de fato a idéia que ela exprime; esse sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras (unidade semântica), por sua organização sintática e pela ação que elas exercem umas sobre as outras. Tudo é dominado pela condição do sintagma, pela ligação entre elementos do enunciado destinado a transmitir um sentido dado, numa circunstância dada.

A idéia só encontra forma no agenciamento sintagmático, e essa é uma condição inerente à linguagem. A linguagem, por sua vez, é profundamente marcada pela expressão da subjetividade. Para Benveniste, uma língua sem a expressão da pessoa é inconcebível. Esse é o princípio da enunciação: a conversão individual da língua em discurso. O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz o locutor como parâmetro nas condições da enunciação.

É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito. A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como "eu" no seu discurso. Cada "eu" tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único. A língua, em sua concepção, fornece o instrumento de um discurso no qual a personalidade do sujeito se liberta e se cria, atinge o outro e se faz reconhecer por ele. Através da linguagem, o homem se coloca em sua individualidade enquanto "eu", que se adequa a "tu". O termo "eu" denota o indivíduo que profere a enunciação, isto é, o locutor. No momento em que se declara locutor e assume a língua, o indivíduo implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Nesse sentido, toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação. Assim, o termo "tu", denota o indivíduo que está presente como alocutário na enunciação. Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de apropriação, em que o locutor mobiliza o aparelho formal da língua para enunciar sua posição tanto por meio de índices específicos (relação "eu" e "tu") quanto por meio de índices acessórios (relações de tempo e espaço).

Para Benveniste, os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para a revelação da subjetividade na linguagem. Entre os signos de uma língua, de qualquer tipo, época ou região que ela seja, não faltam os "pronomes pessoais". Os pronomes da pessoa (eu, tu, você; nós, vós, vocês), segundo o pesquisador, designam os interlocutores, os sujeitos envolvidos na interlocução; os pronomes da não-pessoa (ele, ela, eles, elas) designam os referentes, seres do mundo extralingüístico de que se fala. Desses pronomes dependem outras classes de pronomes, tais como os demonstrativos (isto, este, aquilo, aquele) e advérbios (aqui, lá, agora, ontem, amanhã) que organizam as relações espaciais e temporais em torno do sujeito. Os demonstrativos organizam o espaço a partir de um ponto central, o "eu". O sistema de coordenadas espaciais (longe, perto, em cima, embaixo, etc.) se presta para localizar o objeto partindo dessa orientação.

A temporalidade, para Benveniste, é outro aspecto que revela a subjetividade inerente à linguagem. Para o homem, o tempo é uma duração infinitamente variável que cada indivíduo mede pelo grau de suas emoções e pelo ritmo de sua vida interior. Contudo, por uma necessidade social, em todas as formas de cultura humana, constatamos um esforço para objetivar o tempo e torná-lo físico. Assim, ele passa a ser contínuo, uniforme e linear, e, de uma ou de outra forma, uma língua distingue sempre "tempos"; ou seja, um "passado" e um "futuro" separados por um "presente". A linha de participação, porém, é, em geral, uma referência ao "presente", que coincide com o momento da enunciação. Cada vez que um locutor emprega a forma gramatical do "presente", ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona. O "presente", assim considerado, é reinventado toda vez que um homem fala porque é, literalmente, um momento novo, ainda não vivido.

Cada enunciação é um ato que serve o propósito direto de unir o ouvinte ao locutor por algum laço de sentimento, social ou de outro tipo. A relação do locutor com a língua determina as marcas lingüísticas da enunciação. Há, no entanto, que considerar outros desdobramentos dessa relação no contexto da enunciação. Benveniste admite ser preciso distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Para ele, o enunciado escrito é mais fixo, permanente e não pessoal enquanto o enunciado falado se caracteriza por ser instantâneo, espontâneo e pessoal. Essa afirmação parece preconizar o estabelecimento das diferenças entre as duas formas de atualização da língua: fala e escrita.

As relações entre modalidade oral e escrita

São variadas as tendências dos estudos que se ocupam das relações entre fala e escrita. A tendência mais tradicional é a que se dedica à análise das relações entre as duas modalidades de uso da língua (fala x escrita) e percebe sobretudo as diferenças na perspectiva da dicotomia. Essa perspectiva possui matizes diferenciados: dicotomias polarizadas, de visão restrita; e dicotomias dentro de um contínuo, dentro da realidade cognitiva e social.

A visão mais restrita das dicotomias trata de uma análise estruturalista que se volta para o código e permanece na imanência do fato lingüístico. Esta é a perspectiva dos gramáticos, que deu origem ao prescritivismo de uma norma lingüística tida como padrão e que está representada na denominada norma culta. É dela que conhecemos as dicotomias que dividem a língua falada e a língua escrita em dois blocos distintos, atribuindo-lhes propriedades típicas.

Nessa perspectiva, a fala é uma forma de produção textual-discursiva para fins comunicativos na modalidade oral, sem a necessidade de uma tecnologia além do aparelho fonador. Caracteriza-se pelo uso da língua na sua forma de sons sistematicamente articulados e significativos, bem como os aspectos prosódicos, envolvendo uma série de recursos expressivos de outra ordem, tal como a gestualidade, os movimentos do corpo e a mímica. A escrita é um modo de produção textual-discursiva para fins comunicativos com certas especificidades materiais e se caracteriza por sua constituição gráfica.

Sob esse ângulo, fala e escrita apresentam diferenças marcantes. Na fala, a interação é face a face e o planejamento é simultâneo ou quase simultâneo à produção. Por essa razão, o texto mostra todo o seu processo de criação e, como não há condições de consulta a outros textos e possibilidade de apagamento, a reformulação e o redirecionamento do texto falado é feito de acordo com as reações do interlocutor. Na escrita, a interação é a distância e o planejamento é anterior à produção. Por isso, o texto tende a esconder o processo de criação, mostrando apenas o resultado. No caso do texto escrito, há possibilidade de consulta e revisão. No entanto, como não há acesso imediato às reações do interlocutor, o escritor processa o texto a partir das possíveis reações do leitor. Com isso, chega-se à conclusão de que a escrita é o resultado de um processo e, portanto, estática; ao passo que a fala é o processo e, portanto, dinâmica.

A situação imediata da fala cria sua unidade temática, que se renova a cada instante, pois a presença do interlocutor determina grande parte do que falamos. Em função disso, o texto falado é considerado dependente e fragmentado quando comparado ao texto escrito, que é tido como autônomo e completo. Todo texto escrito exige coesão entre as partes, que se interligam umas às outras, submetidas todas à unidade global do texto. Escrevemos para um interlocutor virtual, e é a imagem que fazemos dele que vai determinar parte de nosso texto.

A fala, enquanto manifestação da prática oral, é adquirida naturalmente em contextos do dia-a-dia e nas relações sociais e dialógicas que se instauram desde o momento em que a mãe dá seu primeiro sorriso ao bebê. Mais do que a decorrência de uma disposição biogenética, o aprendizado e o uso de uma língua natural é uma forma de inserção cultural e de socialização. Por essa razão, a fala é tida como informal. Por outro lado, a escrita é geralmente adquirida em contextos escolares como forma de inserção institucional, o que lhe dá o *status* da formalidade. Enfim, fala e escrita, sob essa abordagem, são muito diferentes.

Marcuschi (2001) sugere que as diferenças entre fala e escrita se dão num outro nível de produção textual. Ele argumenta que quando englobamos manifestações textuais-discursivas nas modalidades oral e escrita, elas passam a ser usadas para designar formas e atividades comunicativas, não se restringindo ao plano do código, tratando-se muito mais de processos e eventos do que de produtos. Oralidade e escrita, na visão do autor, são práticas e usos da língua com características próprias, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas lingüísticos tão diferentes. Ambas permitem a construção de textos coesos e coerentes, a elaboração de raciocínios abstratos e exposições formais e informais, variações estilísticas, sociais e dialetais.

As diferenças entre fala e escrita se dão dentro de um contínuo tipológico que varia da escrita formal à conversação espontânea. Nem todas as características são exclusivas de uma ou outra das duas modalidades. Existem textos escritos que se situam, no contínuo, mais próximos ao pólo da fala conversacional (bilhetes, cartas íntimas, textos de humor), assim como existem textos falados que mais se aproximam do pólo da escrita formal (conferências, entrevistas profissionais, etc.). Essa é uma perspectiva interacionista, que não toma as categorias lingüísticas como dadas a priori, mas como construídas interativamente e sensíveis aos fatos culturais, preocupando-se com a análise dos gêneros textuais e seus usos em sociedade.

De acordo com Marcuschi, sob o ponto de vista mais central da realidade humana, seria possível definir o homem como um ser que fala e não como um ser que escreve. Entretanto, isto não significa que a oralidade seja superior à escrita nem traduz a tradicional convicção de que a escrita é derivada, e a fala é primária. Além disso, Marcuschi também comenta que, mesmo criada pelo engenho humano tardiamente em relação ao surgimento da oralidade, a escrita permeia hoje quase todas as práticas sociais dos povos em que penetrou. Assim, pode-se dizer que a escrita é usada atualmente em contextos sociais básicos da vida cotidiana. Mas, apesar da imensa penetração da escrita, a fala continua na moda. Como modalidades comunicativas de uso da linguagem, fala e escrita estão hoje no mesmo nível de importância e necessidade.

Na sociedade atual, tanto a oralidade quanto a escrita são imprescindíveis. Trata-se, pois, de não confundir seus papéis e seus contextos de uso e de não discriminar seus usuários. O desenvolvimento do texto falado por exemplo, está diretamente ligado ao modo como a atividade interacional se organiza entre os participantes. Essa organização resulta de decisões interpretativas, infe-

ridas a partir de pressupostos cognitivos e culturais, tomadas durante o curso da conversação. O discurso conversacional deve ser identificado como um processo que se realiza continuamente durante a interação. Pode-se considerar que esse mesmo processo seja identificável também em textos escritos, dependendo da situação em que são produzidos. Um bate-papo pela *internet* é altamente interacional, quase equivalente a uma interação face a face.

Eventos comunicativos desse tipo constituem-se dos seguintes aspectos: situação discursiva (formal, informal); evento de fala (casual, espontâneo, profissional, institucional); tema do evento (casual, prévio); objetivo do evento (nenhum, prévio); grau de preparo necessário para efetivação do evento (nenhum, pouco, muito); participantes (idade, sexo, posição social, formação, profissão, crenças etc.); relação entre os participantes (amigos, conhecidos, inimigos, desconhecidos, parentes); canal utilizado para a realização do evento (face a face, telefone, rádio, televisão, internet).

A seleção de um ou outro item dentre os elencados interfere nas condições de produção do texto falado ou do texto escrito, determinando a especificidade do evento discursivo. A produção de um texto (falado ou escrito) corresponde a uma atividade social que requer a coordenação de esforços de pelo menos dois indivíduos que têm algum objetivo em comum. Para participar de atividades dessa natureza, são precisos conhecimentos e habilidades que vão além da competência gramatical, necessária para decodificar mensagens isoladas, pois que as atividades conversacionais da fala têm propriedades dialógicas que, em geral, diferem em maior ou menor grau das propriedades dos enunciados dos textos escritos.

Na verdade, para interagir numa conversação falada, é necessário que os participantes consigam inferir do que se trata e o que se espera de cada um para que o texto seja compreensível, por essa razão é preciso que ele seja, de alguma forma, organizado. O texto falado, geralmente, deixa entrever plenamente seu processo de organização, tornando-se possível perceber sua estrutura, bem como suas estratégias organizacionais, apesar dos cortes, interrupções, retomadas e sobreposições. Dessa forma, se deduz que, se o sistema da língua é o mesmo tanto para a fala quanto para a escrita, as relações sintáticas, nessas duas modalidades, são de ordem um pouco diferente.

A elaboração do texto escrito envolve um objetivo ou intenção do locutor. Contudo, o entendimento desse texto não diz respeito apenas ao conteúdo semântico, mas à percepção das marcas

de seu processo de produção. Essas marcas orientam o interlocutor no momento da leitura, na medida em que são pistas lingüísticas para a busca do efeito de sentido pretendido pelo produtor. A construção de um texto escrito bem estruturado exige que este apresente unidade (conter somente uma idéia principal), coerência (estar organizado de tal forma que fique evidente o que é principal), coesão (conter elementos de transição que dêem encadeamento lógico entre as idéias secundárias e a principal), concisão (conter a quantidade de informação adequada ao objetivo do texto), e clareza (escolher palavras adequadas ao contexto), visto tratar-se de uma interação a distância, em que não há, na maioria das vezes, possibilidade de participação direta e imediata do interlocutor, como ocorre no texto oral.

A análise da coesão e da coerência no texto falado deve ser feita de modo distinto da análise feita em textos escritos. No texto falado, constata-se a presença de quatro elementos básicos que são responsáveis pela sua organização: o turno (produção de um falante enquanto ele está com a palavra), o tópico discursivo (aquilo sobre o que se está falando), o par adjacente (pergunta-resposta, convite-aceitação/recusa, pedido-concordância/recusa, saudação-saudação) e os marcadores conversacionais (elementos verbais, prosódicos e paralingüísticos que desempenham função interacional na fala).

Os marcadores prosódicos abrangem os contornos entonacionais (ascendente, descendente, constante), as pausas (curtas, médias, longas, silenciosas ou preenchidas), o tom de voz, o ritmo, os alongamentos de vogais e as hesitações. Os marcadores paralingüísticos englobam o riso, o olhar e a gesticulação. Eles exercem uma função fundamental na interação face a face, na medida em que estabelecem, mantêm e regulam o contato entre os participantes. Os marcadores verbais apresentam uma variada gama de partículas, palavras, sintagmas, expressões estereotipadas e orações de diversos tipos (claro, certo, uhn, ahn, viu, sabe?, né?). Marcuschi (1987) apresenta uma subdivisão dos marcadores verbais em quatro grupos:

- **marcador simples:** realiza-se com uma só palavra. Ex.: interjeição (uhn!), advérbio (agora), verbo (entende), adjetivo (bom), conjunção (então), pronome (eu) etc.
- **marcador composto:** apresenta um caráter sintagmático com tendência à cristalização. Ex.: então daí, aí depois, quer dizer, digamos assim.

- **marcador oracional:** corresponde a pequenas orações que se apresentam nos diversos tempos e formas verbais ou modos oracionais (assertivo, indagativo, exclamativo). Ex.: eu acho que, quer dizer que.
- **marcador prosódico:** associa-se a algum marcador verbal, mas realiza-se por meio de recursos prosódicos. Ex.: a entonação, a pausa, a hesitação, o tom de voz.

Os marcadores verbais exercem funções estruturadoras relevantes, coincidindo de modo distribucional e funcional com operações de organização sintática. Constituem em elemento importante na articulação de textos orais, porque evitam que a conversação se torne uma sucessão de monólogos paralelos. Porém, na medida em que encadeiam um texto de modo coeso, os marcadores também o segmentam. Percebe-se que eles agem como elementos de segmentação ao mesmo tempo em que suprem, em certa medida, o papel da pontuação na fala. Neste estudo, consideramos que os marcadores verbais, embora sejam elementos típicos da fala para Marcuschi, podem estar presentes também no texto escrito, dependendo das condições de produção, do produtor e do propósito do texto. A inclusão desses marcadores nas características do texto escrito se fundamenta no fato de que a escrita é, assim como a fala, um processo interacional que apresenta, por vezes, uma estrutura dialógica entre leitor e escritor. Seja na modalidade escrita ou na falada, a língua é, essencialmente, um fenômeno interativo voltado para as atividades dialógicas.

Essa é uma visão interacionista que trata das correlações entre formas lingüísticas, contextualidade, interação interpessoal e cognição no tratamento das semelhanças e diferenças entre fala e escrita nas atividades de formulação textual-discursiva. Nessa visão, cabem análises de grande relevância que se dedicam a perceber as diversidades das formas textuais produzidas em co-autoria (conversações) e formas textuais em monotoria (monólogos). Neste estudo, embora os textos produzidos tenham apresentado, como pano de fundo, uma função dialógica a partir do par-adjacente pergunta/resposta (os informantes foram solicitados a responder oralmente e por escrito a uma pergunta), eles tiveram estrutura monológica, já que em nenhum momento houve interferência do interlocutor, que se colocou no papel de observador apenas.

A língua falada e a língua escrita mantêm certas relações de semelhanças e diferenças que vão muito além do código. Essas relações não são óbvias nem lineares, pois elas refletem um constante dinamismo fundado no contínuo que se manifesta entre essas duas

modalidades de uso da língua. Marchuschi lembra, no entanto, que a oralidade ainda é um fator de identidade social e regional mais forte do que a escrita, pois, enquanto a fala pode facilmente levar à estigmatização do indivíduo, com a escrita isso acontece bem menos.

Parece que a fala, por atestar variações individuais, regionais e sociais, e, em geral, pautar-se por algum desvio da norma, tem caráter identificador (Marcuschi acredita que identidade pode ser um tipo de desvio da norma-padrão). A escrita, por sua vez, pelo fato de ser geralmente pautada pelo padrão, não é tão estigmatizadora como a fala e, por isso, não serve como fator de identidade individual ou grupal, a menos que se sirva de traços da realidade lingüística regional, como na literatura, ou apresente características estilísticas tão peculiares que permitam a identificação de autoria. Mas isso não ocorre com todos os gêneros textuais.

Não se pode chegar a identificações individuais de autoria na maioria dos textos de um jornal diário, por exemplo. Se pedirmos a um grupo de indivíduos letrados para escrever sobre o mesmo tema, é possível que suas opiniões sejam objeto de discussão, mas eles não serão estigmatizados ou categorizados pela linguagem como tal, a menos que violem regras muito específicas. Contudo, se pedirmos aos mesmos indivíduos que "falem seus textos", ou os produzam oralmente, teremos diferenças e até avaliações que não se deverão ao conteúdo e sim a uma particular forma de "falar" o conteúdo. Isso nos leva a concluir que a escrita, comparada à fala, parece conter menor número de elementos identificadores de subjetividade.

Do ponto de vista dos usos cotidianos da língua, constatamos que a oralidade e a escrita não são responsáveis por domínios estanques e dicotômicos. Há práticas sociais mediadas preferencialmente pela escrita e outras pela tradição oral. O teatro, por exemplo, privilegia o texto oral enquanto a literatura, o texto escrito. A área jurídica, entretanto, privilegia os dois tipos de texto. Por essa razão, Marcuschi (2001) atribui à língua os seguintes aspectos: heterogeneidade e indeterminação.

A concepção de língua, na visão de Marcuschi (2001), pressupõe um fenômeno heterogêneo (com múltiplas formas de manifestação), variável (dinâmico e suscetível a mudanças), histórico e social (fruto de práticas sociais e históricas), indeterminado sob o ponto de vista sintático e semântico (submetidos às condições de produção) e que se manifesta em situações de uso concretas como texto e discurso. Partindo dessa noção de língua, as diferenças entre fala e escrita são graduais e podem ser analisadas na perspectiva do uso e não do sistema. Nesse caso, acreditamos que a determinação da relação fala/escrita torna-se menos dependente do código e mais dependente do processo.

Processos de retextualização

Marcuschi, em 2001, busca construir um modelo para analisar o grau de consciência dos usuários da língua a respeito das diferenças entre fala e escrita, observando a própria atividade de transformação, a qual ele denomina retextualização. A retextualização, segundo o autor, é a passagem de uma ordem para outra ordem, uma espécie de tradução de uma modalidade para outra, permanecendo-se na mesma língua. Trata-se, portanto, de um processo que envolve operações complexas que podem interferir tanto no código como no sentido e evidenciar uma série de aspectos nem sempre bem-compreendidos da relação fala/escrita.

Muitas vezes, praticamos ações lingüísticas bastante complexas sem termos a menor noção dessa complexidade. Esse é o caso quando repassamos a alguém o que nos foi informado. Em princípio, nada há de mais nisso, mas o fato é que essas ações são até hoje pouco compreendidas e raramente foram estudadas. Há nessas atividades de retextualização um aspecto geralmente ignorado e de uma importância imensa. É imprescindível compreender o que alguém disse ou quis dizer em outra modalidade ou em outro gênero. Portanto, antes de qualquer atividade de transformação textual, ocorre uma atividade cognitiva: a compreensão.

Fala e escrita não são dois modos qualitativamente diversos de conhecer ou fazer conhecer. O fato de escrevermos algo não altera nossa representação mental dessa mesma coisa. A escrita não acrescenta massa cinzenta ao indivíduo que a domina bem como o não-domínio da escrita não é evidência de menor competência cognitiva. Deve-se, pois, distinguir entre o conhecimento e a capacidade cognitiva. Quem domina a escrita pode ter acesso a um maior número de conhecimentos. Não é verdade, no entanto, que a fala é o lugar do pensamento concreto e a escrita, o lugar do pensamento abstrato. A retextualização não é, no plano da cognição, uma atividade de transformar um suposto pensamento concreto em um suposto pensamento abstrato.

Atividades de retextualização são rotinas usuais altamente automatizadas que se apresentam como ações aparentemente não-problemáticas, já que lidamos com elas o tempo todo nas sucessivas reformulações dos mesmos textos numa intrincada variação de registros, gêneros textuais, níveis lingüísticos e estilos. É fácil imaginar vários eventos lingüísticos quase corriqueiros em que atividades de retextualização, reformulação, reescrita e transformação de textos estão envolvidas. Por exemplo: a secretária que anota informações orais do chefe e com elas redige uma carta; o secretá-

rio de uma reunião encarregado de elaborar a ata da reunião; uma pessoa contando à outra o que acabou de ler no jornal ou na revista; uma pessoa contando à outra o que acabou de ouvir no rádio; uma pessoa contando à outra o filme que viu no dia anterior; alguém escrevendo uma carta relatando o que ouviu no dia anterior; o aluno que faz anotações escritas da exposição do professor; o delegado que dita para o escrevente a forma final do depoimento.

Em todas essas situações, Marcuschi sugere que a retextualização é feita por uma outra pessoa (transformador), que não o produtor do texto original. No entanto, observamos que no cotidiano, é comum também o produtor de um texto escrito transformá-lo em um texto falado e vice-versa. Por isso, incluímos na lista de práticas acima mencionadas as seguintes ações linguísticas: um orador que escreve seu texto antes de apresentá-lo oralmente e um funcionário que pede demissão durante uma conversa com o chefe e o faz por escrito posteriormente. O enfoque desse trabalho incidiu sobre situações semelhantes a esses dois últimos exemplos, em que o texto é retextualizado pelo próprio produtor.

Marcuschi (2001) procurou representar as possibilidades de retextualização, considerando fala e escrita e as respectivas combinações, através do seguinte quadro:

Quadro 1
Possibilidades de retextualização

Possibilidades de retextualização			
1. Fala	→	Escrita	(entrevista oral → entrevista impressa)
2. Fala	→	Fala	(conferência → tradução simultânea)
3. Escrita	→	Fala	(texto escrito → exposição oral)
4. Escrita	→	Escrita	(texto escrito → resumo crítico)

A retextualização é uma adaptação na perspectiva de uma das modalidades e geralmente apresenta interferências na expressão e no conteúdo. A análise desses processos deve levar em conta quatro parâmetros de análise (forma e substância; conteúdo e expressão), de acordo com Rey-Debove (apud Marcuschi, 2001):

1. *Nível da substância da expressão*: diz respeito à materialidade linguística e considera a correspondência entre letra e som, podendo entrar também questões idioletais e dialetais.

2. *Nível da forma da expressão*: neste caso os signos falados e os signos escritos são considerados, situando-se aqui a distinção entre a forma do grafema (grafia usual) e do fonema na realização fonética (pronúncia).
3. *Nível da forma do conteúdo*: consideram-se aqui as relações entre as unidades significantes (expressões, itens lexicais ou sintagmas) orais e as correspondentes unidades significantes escritas que operam como sinônimas no plano da própria língua tal como dicionarizada, mas de realização diferente na fala e na escrita (Ex.: "o que queres comer? [na escrita] e "que que qué comê? [na fala]).
4. *Nível da substância do conteúdo*: realizações linguísticas que se equivalem do ponto de vista pragmático, isto é, do uso situacional e contextual específico (Ex.: "com meus cumprimentos, subscrevo-me" [numa carta formal escrita] e "olha, um abraço pra você, tá" [num telefonema informal]).

Como lidamos com materiais orais e escritos, há uma distinção interessante a ser feita entre a atividade de retextualização e a de transcrição. Transcrever é passar um texto de sua realização sonora para a forma gráfica com base numa série de procedimentos convencionalizados. A transcrição não é uma atividade de metalinguagem nem é uma atividade de simples interpretação gráfica do significante sonoro. Ela representa uma passagem, uma transcodificação que já é uma primeira transformação, mas não é ainda uma retextualização. Existem transcrições, passagem do sonoro para o gráfico, que já são um primeiro formato de retextualização (aquelas que introduzem pontuação e eliminam as hesitações). Quando isso ocorre, o texto oral transcrito perde seu caráter originário e pessoal e passa por uma neutralização devido à transcodificação. Nessa transcodificação se passa da substância e forma da expressão oral para a substância e forma da expressão escrita com todas as conseqüências inerentes a esse processo. Do ponto de vista da substância e forma do conteúdo, a mudança parece não ser significativa nesse passo. Essa é a razão que nos levou a avaliar o grau de subjetividade no processo de retextualização da fala para a escrita e da escrita para a fala enfocando, principalmente, a forma e a substância do conteúdo.

Marcuschi observa que quando se aponta a diferença entre fala e escrita, um dos aspectos mais salientados é o léxico. Operações de transformação da fala para a escrita primam por uma redução elevada de elementos linguísticos, que vão além de hesi-

tações e de marcadores, e por uma tendência geral à substituição de itens quando o indivíduo possui maior maturidade na escrita. A eliminação se dá principalmente na classe das denominadas palavras gramaticais, ou seja, nos elementos que operam como artigo, pronome, preposição, conjunção etc. Permanecem mais as palavras lexicais, os itens do tipo substantivo, verbo e adjetivo. Além disso, ele também comenta que um aspecto muito comum quando se aponta a diferença entre fala e escrita é o grau de formalidade do léxico. Na fala, predomina um léxico menos formal em comparação com a escrita. Marcuschi sugere que seria interessante a realização de um levantamento minucioso em situações diversas de retextualização para saber o que é mais eliminado em termos lexicais e de que modo, já que inexistem estudos sobre a questão. Ele ainda comenta que gravações e transcrições podem ser maneiras bastante proveitosas de se obter dados de retextualização.

Foi justamente essa a proposta do trabalho aqui apresentado: avaliação do grau de subjetividade através da organização e do conteúdo lexical de dois tipos de textos (oral e escrito), por meio da comparação entre dois processos de retextualização, oral/escrita e escrita/oral, realizados pelos próprios produtores. Para o desenvolvimento de tal tema, realizou-se uma pequena pesquisa, cuja intenção foi comparar dados coletados de textos de dois informantes e verificar o quanto a ordem de precedência (fala antes de escrita ou escrita antes de fala) poderia interferir no grau de subjetividade dos textos.

Informações sobre a pesquisa

A pesquisa foi realizada na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em outubro de 2003, com o propósito de cumprir com uma das tarefas exigidas pelo Programa de Doutorado em Linguística Aplicada dessa universidade. A amostra dessa pesquisa foi constituída de dois textos escritos e de dois textos orais gravados por dois informantes do sexo feminino, com idades entre 30 e 40 anos, professoras de inglês e português, Mestres em Linguística Aplicada, cujas relações interpessoais com a observadora é praticamente a mesma (colegas e amigas). A amostra foi assim emparelhada para proporcionar as mesmas condições de produção e minimizar os efeitos de variáveis intervenientes.

Embora tenham sido consultadas e avisadas antecipadamente sobre a participação na pesquisa, as informantes não foram informadas sobre o tema do estudo ou sobre os procedimentos adotados. Nesse caso, pode-se dizer que ambas foram sujeitas à mesma situação discursiva (mais informal do que formal), em que não lhes foram fornecidas informações para preparo prévio. No entanto, tivemos o cuidado de escolher um tópico que não fosse totalmente desconhecido pelas informantes para facilitar a fluência de idéias, já que os textos produzidos por elas não foram previamente preparados. Assim, conclui-se que o evento e o tema do evento foram casuais.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi uma pergunta, feita tanto oralmente quanto por escrito. Cada informante foi solicitada a responder à seguinte questão: "Qual a sua opinião a respeito da influência que a língua inglesa exerce sobre o português do Brasil?". Para responder por escrito, as informantes receberam um papel contendo a questão e a solicitação de alguns dados pessoais. Para responder oralmente, essa mesma pergunta foi feita oralmente pela observadora e gravada em fita cassete, juntamente com a resposta. Uma das informantes (AB) foi solicitada a responder oralmente antes de produzir o texto escrito. À outra (AW) foi solicitado o inverso, ou seja, responder por escrito antes da produção oral. Nenhuma das duas informantes estava consciente de que iria escrever dois textos sobre o mesmo assunto.

Os dados das duas informantes foram coletados em dias diferentes, contudo os dados escritos e os falados de cada informante foram coletados no mesmo dia, um após o outro. A observadora esteve presente durante as duas produções textuais, sem fazer quaisquer comentários. Assim, coube a ela somente o papel de observadora. Tanto os dados da fita quanto os dados escritos foram, na medida do possível, transcritos fielmente. Na transcrição do texto falado, não foram incluídos sinais gráficos para não interferir no caráter originário e pessoal do texto. Além disso, hesitações, pausas e alongamentos, não foram ignorados, mas foram todos representados por reticências (...), já que não coube neste trabalho analisar todos os aspectos envolvidos no processo de retextualização.

Para o levantamento dos dados, foram consideradas as relações entre as orações ou partes da oração, os marcadores verbais (simples, composto e oracional) e o léxico (verbos, substantivos,

adjetivos, artigos, preposições e pronomes). Esses dados foram assim classificados de acordo com alguns critérios. As relações entre orações ou partes da oração agrupou palavras e expressões, consideradas elementos de transição, que dão encadeamento às idéias e estabelecem relações de natureza lógica entre elas, tornando o texto mais coeso e conciso. Nesse grupo, incluímos algumas conjunções (*porque*), advérbios (*talvez*), pronomes relativos (*que*) e pronomes demonstrativos anafóricos (*nesse*). Os marcadores verbais envolveram partículas, palavras, sintagmas e expressões estereotipadas que desempenham função interacional tanto no texto falado quanto no texto escrito. Esse grupo se subdividiu em marcadores simples (*bem*), compostos (*então assim*) e oracionais (*acho que*). O terceiro grupo, referente ao léxico, abarcou tanto palavras lexicais quanto palavras gramaticais, representadas respectivamente, nesse estudo, por verbos, substantivos, adjetivos e artigos, preposições e pronomes.

Para o subgrupo dos verbos, foram consideradas as formas conjugadas na voz ativa (*tenho*) e na voz passiva (*fossem introduzidos*), infinitivo (*falar*) e particípio (*difundidas*), assim como locuções verbais (*consigo lembrar*). O subgrupo dos substantivos incluiu nomes simples (*influência*) e compostos (*dia-a-dia*) e o subgrupo dos adjetivos limitou-se aos simples (*inglesa*). No grupo das palavras gramaticais, classificamos como artigos, os artigos definidos (*o, a, os, as*) e os indefinidos (*um, uns, uma, umas*) em suas formas não combinadas com preposição, com exceção da crase, que foi classificada como artigo (*a*) e como preposição (*a*). O subgrupo das preposições considerou as formas isoladas (*a, de, em, por*) e as formas combinadas (*do, da, dos, das, no, na, pela, pelas*), além da forma reduzida de *para* (*pra*). Quanto aos pronomes, nos limitamos a considerar apenas os pessoais do caso reto (excluindo o "eu") e do caso oblíquo (*me*), além dos possessivos (*minha*). É importante observar que a expressão "a gente" foi incluída também no subgrupo dos pronomes, visto que é muito usada para substituir o pronome "nós" na linguagem coloquial. A inclusão de algum dos elementos acima descritos em um dos grupos ou subgrupos estabelecidos, o excluiu automaticamente de outro.

A pesquisa foi assim organizada por entendermos que os elementos acima descritos podem conter marcas de subjetividade tanto pela quantidade de uso desses elementos quanto pelo nível de formalidade envolvido no uso dessas expressões. Essas mar-

cas, no entanto, são mais perceptíveis quando o texto oral é comparado com o escrito e quando os dois textos (oral e escrito) são comparados com outros dois. Por essa razão, a avaliação dos dados procedeu a dois tipos de análise comparativa: num primeiro momento, a análise foi feita levando-se em conta o processo de retextualização simples (o texto oral e o escrito de cada informante foram confrontados separadamente, sem levar em conta a ordem de produção dos textos); num segundo momento, os dois processos de retextualização foram comparados (o texto oral e o escrito da informante AB e o texto escrito e o oral da informante AW foram comparados, respeitando a ordem em que foram produzidos). Para cada uma dessas análises, os textos e os dados foram colocados em quadros para melhor visualização da observadora e dos leitores desta pesquisa.

Quadro 2

Transcrição dos textos oral e escrito da informante AB

Análise e levantamento de dados dos textos da informante AB	
	Texto oral:
1	<i>bem...na minha opinião eu acho que...tem bastante influência mas é relativa assim ...ah... e também</i>
2	<i>eu acho que depende do (me pegou de surpresa) mas eu acho também que depende muito do nível</i>
3	<i>...ah...cultural em termos né? porque assim... o quanto eu leio o quanto eu tenho acesso a mais</i>
4	<i>termos técnicos a mais né? ...ah... porque tem muitos termos técnicos que não são ...ah...que a gente</i>
5	<i>lé mesmo em inglês né? que não são aportuguesados, não tem, mas ...ah... então talvez isso mais mas</i>
6	<i>mesmo assim pra uma população em geral de qualquer maneira tem também né? pela TV até pelas</i>
7	<i>novelas volta e meia aparece alguém falando alguma expressão aí pega...ah... pelas ...ah...comerciais</i>
8	<i>né? então assim a população em geral a população mais ...ah... as pessoas um pouquinho mais...ah...</i>
9	<i>que tem um pouquinho mais de educação vamos supor assim né? ...ah... acho que também tem</i>
10	<i>bastante influência ...razoável</i>
11	
	Texto escrito:
1	<i>Acredito que a influência se dê mais no empréstimo de vocábulos/expressões, difundidas pela mídia.</i>
2	<i>Não me parece haver influência na sintaxe ou morfologia, ou pelo menos não consigo lembrar no</i>
3	<i>momento de exemplos nesse sentido, talvez pela língua inglesa ser de domínio restrito a uma parcela</i>
4	<i>reduzida da população brasileira. Assim, em termos mais gerais, me parece que a maior influência</i>
5	<i>seria a de empréstimos de vocábulos, tanto em termos técnicos como não-especializados.</i>
6	

Quadro 3

Classificação dos dados dos textos da informante AB

Classificação dos dados coletados dos textos da informante AB	
ORAL	ESCRITO
<i>Relações entre orações ou partes da oração</i> mas (L1, L2, L6); porque (L3, L4); mesmo assim (L6); também (L2, L2, L11); que (L5, L5, L5)	<i>Relações entre orações ou partes da oração</i> ou pelo menos (L2); nesse sentido (L3); talvez (L4); assim (L4); tanto...como (L5)
<i>Marcadores verbais</i> [simples] bem (L1); ah (L1, L3, L4, L5, L6, L8, L8, L9, L10, L10); né (L3, L4, L5, L7, L9, L10); eu (L1, L2, L2, L3, L4); mas... (L6); aí (L8); também (L7); assim (L1, L3, L10) [composto] então talvez (L6); então assim (L9); vamos supor (L10) [oracional] acho que (L1, L2, L2, L10)	<i>Marcadores verbais</i> [simples] ∅ [composto] ∅ [oracional] acredito que (L1); parece que (L5)
<i>Léxico</i> [verbo] tem (L1, L4, L6, L7, L10, L11); é (L1); são (L5, L5); depende (L2, L3); leio (L3); tenho (L4); é (L5); aparece... falando (L8); pega (L8) [substantivo] opinião (L1); influência (L1, L11); nível (L3); termos (L4, L5); inglês (L5); população (L7, L9, L9); TV (L7); novelas (L7); expressão (L8); comerciais (L8); pessoas (L9); educação (L10) [adjetivo] relativa (L1); cultural (L3); técnicos (L4, L5); portuguesesados (L6); razoável (L11) [artigo] o (L3, L4); a (L9, L9); as (L9); uma (L6); um (L9, L10) [preposição] na (L1); do (L2, L3); em (L3, L5, L7); a (L4, L4); pra (L6); de (L7, L10); pela (L7); pelas (L7, L8) [pronome] minha (L1); a gente (L5)	<i>Léxico</i> [verbo] dá (L1); difundidas (L1); parece haver (L2); consigo lembrar (L3); ser (L3); restrito (L4); seria (L5); [substantivo] influência (L1, L2, L5); empréstimos (L1, L5); vocábulos (L1, L5); expressões (L1); mídia (L2); sintaxe (L2); morfologia (L2); momento (L3); exemplos (L3); língua (L3); domínio (L4); paroxia (L4); população (L4); termos (L4, L6) [adjetivo] inglesa (L3); reduzida (L4); brasileira (L4); gerais (L5); maior (L5); técnicos (L6); não-especializados (L6) [artigo] a (L1, L5, L5); uma (L4) [preposição] no (L1, L3); de (L1, L3, L3, L5, L5); pela (L2, L3); na (L2); a (L4); da (L4); em (L4, L5) [pronome] me (L2, L5)

A análise dos dados coletados dos textos da informante AB apresentou uma redução bastante acentuada no número de elementos de transição que estabelecem relações entre orações ou partes da oração do texto oral (12) para o escrito (5). A princípio parece que o texto oral apresenta maior encadeamento entre as idéias do que o escrito; no entanto, se observarmos os dois textos, veremos que os elementos de transição do texto oral dessa informante são em maior número devido à repetição de idéias na tentativa de organização do seu discurso. É importante registrar também que os elementos de transição do texto oral são diferentes dos do texto escrito (o *mas* não apareceu no texto escrito e o *talvez* não apareceu no texto oral). Isso nos faz perceber que a informante usou estratégias de lógica diferentes para organizar suas idéias nos dois textos, o que mostra que a escrita não é necessariamente a representação da fala.

Os marcadores verbais, por outro lado, apresentam-se conforme o previsto. Eles aparecem em número muito maior no texto oral (35) do que no escrito (2), sendo que nesse último tipo de texto, a informante utilizou somente marcadores oracionais. No texto falado, os marcadores simples são os mais frequentes (28), principalmente o marcador (*ah*) e o (*né*), típicos da fala improvisada. O pronome *eu* também foi bastante utilizado pela informante somente no texto oral (5 ocorrências), o que confirma a presença explícita do sujeito nesse tipo de discurso.

As palavras lexicais do texto oral da informante AB totalizou 38 ocorrências enquanto o texto escrito, 34. Esses números, assim como os dos elementos de transição, contradizem o esperado aumento de palavras lexicais no texto escrito. Contudo, é importante observar que essa redução se deve aos verbos (no texto oral houve 16 ocorrências de verbos e no texto escrito, somente 7). Os substantivos e os adjetivos aumentaram discretamente (de 16 substantivos no texto oral para 19 no texto escrito e de 6 adjetivos no texto oral para 7 no texto escrito). O maior número de verbos no texto oral se deve à grande frequência do verbo (*tem*), que não apareceu no texto escrito. O verbo *ter* é utilizado pela informante em seu discurso oral tanto com o sentido de *possuir* como com o sentido de *haver*. Esse último sentido é considerado um desvio da norma-padrão, embora seja muito utilizado na linguagem coloquial.

As palavras gramaticais, ao contrário das lexicais, apresentaram números condizentes com o esperado. O texto oral apresentou 24 ocorrências e o texto escrito, 20. Contudo, é importante

observar que esse resultado se deu em função dos artigos que foram reduzidos pela metade (de 8 no texto oral para 4 no texto escrito). Vale salientar aqui a ocorrência de pronomes. Todos os pronomes usados pela informante AB remetem ao sujeito tanto no texto oral (*minha e a gente*, referindo-se a nós) quanto no texto escrito (*me*, em duas ocorrências).

O fato de o texto oral ter sido retextualizado pelo próprio produtor e não por um transformador pode ter interferido nesses resultados. Uma possível explicação para isso é a de que o produtor do texto, mesmo ao retextualizá-lo, mantém suas marcas de vídeo ao seu envolvimento com o assunto. Se o texto tivesse sido retextualizado por uma outra pessoa, provavelmente, seu distanciamento se manifestaria através de mudanças mais drásticas tanto no número quanto no tipo de léxico.

Quadro 4

Transcrição dos textos escrito e oral da informante AW

Análise e levantamento de dados dos textos da informante AW	
	Texto escrito:
1	<i>Acho que a cultura americana, principalmente, exerce grande influência no Brasil, tanto através da</i>
2	<i>música como do cinema. Conseqüentemente, a língua inglesa acaba se introduzindo na linguagem do</i>
3	<i>dia-a-dia do brasileiro, por meio de gírias e expressões. Além disso, falar inglês atualmente dá status</i>
4	<i>o que faz com que muitas pessoas procurem cursos de inglês. A linguagem da informática também é</i>
5	<i>responsável por muitos termos que vêm sendo incorporados à língua portuguesa.</i>
6	
	Texto oral:
1	<i>bom...eu acho que a cultura americana principalmente ela exerce muita influência na cultura</i>
2	<i>brasileira por causa do cinema da música...e...então conseqüentemente a língua inglesa acaba</i>
3	<i>sendo/fazendo parte também né? da do dia-a-dia das pessoas né? e além disso também ...ah... falar</i>
4	<i>inglês no Brasil significa status né? então muita gente procura curso de inglês pra aprender né? e</i>
5	<i>com isso também a língua vai se tomando mais freqüente mais usada né? e um fator também que</i>
6	<i>acho que influencia bastante é a introdução de termos da informática na língua portuguesa que ... por</i>
7	<i>causa da internet do uso do computador acabou sendo/fazendo com que esses termos fossem</i>
8	<i>introduzidos</i>

Quadro 5

Classificação dos dados dos textos da informante AW

Classificação dos dados coletados dos textos da informante AW	
ORAL	ESCRITO
<i>Relações entre orações ou partes da oração</i> por causa de (L2, L7); conseqüentemente (L2); além disso (L4); com isso (L5); também (L6); esses (L8); então (L4); com que (L8); que (L6)	<i>Relações entre orações ou partes da oração</i> tanto...como (L1); conseqüentemente (L2); por meio de (L3); além disso (L4); com que (L4); o que (L4); também (L5); que (L5)
<i>Marcadores verbais</i> [simples] bom (L1); ah (L4); né (L3, L3, L4, L5, L6); então (L2); e (L2, L3, L5, L6); eu (L1); também (L3, L4, L5) [composto] ∅ [oracional] acho que (L1, L6)	<i>Marcadores verbais</i> [simples] ∅ [composto] ∅ [oracional] acho que (L1)
<i>Léxico</i> [verbo] exerce (L1); acaba sendo/fazendo (L3); falar (L4); significa (L4); procura (L4); aprender (L5); vai se tomando (L5); usada (L6); influencia (L6); é (L6); acabou sendo/fazendo (L8); fossem introduzidos (L8) [substantivo] cultura (L1, L2); influência (L1); cinema (L2); música (L2); língua (L2, L5, L7); parte (L3); dia-a-dia (L3); pessoas (L3); inglês (L4, L5); Brasil (L4); status (L4); gente (L4); curso (L5); fator (L6); introdução (L7); termos (L7, L8); informática (L7); internet (L7); uso (L8); computador (L8) [adjetivo] americana (L1); brasileira (L2); freqüente (L6); portuguesa (L7) [artigo] a (L1, L2, L5, L6); um (L6) [preposição] na (L1, L7); do (L2, L3); da (L2, L7, L7); das (L3); no (L4); de (L5, L7), pra (L5) [pronome] ela (L1)	<i>Léxico</i> [verbo] exerce (L1); acaba se introduzindo (L3); falar (L4); dá (L4); faz (L4); procurem (L4); é (L5); vem sendo incorporados (L5) [substantivo] cultura (L1); influência (L1); Brasil (L1); música (L2); cinema (L2); língua (L2, L6); linguagem (L3, L5); dia-a-dia (L3); gírias (L3); expressões (L3); brasileiro (L3); inglês (L4, L5); status (L4); pessoas (L4); cursos (L4); informática (L5); termos (L5) [adjetivo] americana (L1); grande (L1); i nglesa (L2); responsável (L5); portuguesa (L6) [artigo] a (L1, L2, L5, L6) [preposição] no (L1); da (L2, L5); do (L2, L3, L3); na (L3); de (L3, L5); e (L3); por (L5); a (L6) [pronome] ∅

A análise dos dados coletados dos textos da informante AW apresentou uma redução não tão acentuada no número de elementos de transição que estabelecem relações entre orações ou partes da oração do texto oral (10) para o escrito (8). Se observarmos os dois textos, veremos que alguns dos elementos de transição do texto oral dessa informante também aparecem no texto escrito (*consequentemente, além disso, também, com que, que*). As estratégias de lógica utilizadas no texto oral são semelhantes às do texto escrito. O fato de o texto oral ter sido antecedido pelo texto escrito pode ter interferido no processo de planejamento, já que durante a escrita supostamente temos um tempo maior para organizar as idéias.

Os marcadores verbais, por outro lado, apresentam-se conforme a expectativa. Eles aparecem em número muito maior no texto oral (18) do que no escrito (1), sendo que nesse último tipo de texto, a informante utilizou somente um marcador oracional (*acho que*), o qual apareceu também em seu texto oral por duas vezes. Assim como nos textos da informante AB, no texto falado da informante AW, os marcadores simples foram os mais frequentes (16), representados em sua maioria pelos marcadores (*né*) e (*e*). O pronome *eu*, diferentemente da outra informante, só apareceu uma vez no texto oral, o que marca uma presença mais sutil do sujeito no discurso.

As palavras lexicais do texto oral da informante AW totalizou 41 ocorrências enquanto o texto escrito, 33. Esses números indicam que houve um considerável acréscimo dessas palavras ao passar do texto escrito para o oral. É importante observar que esse resultado se deve aos verbos (no texto oral houve 12 ocorrências de verbos e no texto escrito, 8) e aos substantivos (no texto oral houve 25 ocorrências e no texto escrito, 20). O mais interessante é que muitos dos substantivos produzidos na escrita permaneceram na fala (*cultura, influência, Brasil, música, cinema, língua, dia-a-dia, pessoas, etc.*). Esses dados confirmam que a escrita teve forte influência na fala dessa informante e pode ter funcionado como um treinamento no processo de retextualização. Outra curiosidade é que a informante AW parece ter gosto pelo uso de locuções verbais e passivas, principalmente em seu texto oral (*acaba sendo, vai se tornando, fossem introduzidos*).

As palavras gramaticais também apresentaram números condizentes com o esperado. O texto oral apresentou 18 ocorrências e o texto escrito, 16. Embora a diferença não seja marcante, é

possível perceber que na fala, produzida após a escrita, surgiu apenas um pronome da não-pessoa (*ela*) e um artigo indefinido (*um*) que não fazem parte da organização do texto escrito. As preposições permanecerem basicamente as mesmas. Dada a proximidade de tempo em que os dois textos foram produzidos, era de se esperar uma forte interferência da modalidade escrita sobre a oral. Veja a seguir uma tabela contendo os números apresentados até agora dos quatro textos produzidos e um quadro comparando os dois processos de retextualização: oral/escrita (informante AB) e escrita/oral (informante AW).

Tabela 1
Número de ocorrências por grupo e subgrupo das duas informantes (ab e aw), nas duas modalidades (oral e escrita)

Informante	Informante AB		Informante AW	
	Oral	Escrito	Escrito	Oral
Relações entre orações ou partes da oração	12	5	8	10
Marcadores verbais simples	28	0	0	16
Marcadores verbais compostos	3	0	0	0
Marcadores verbais oracionais	4	2	1	2
Verbos	16	7	8	12
Substantivos	16	19	20	25
Adjetivos	6	7	5	4
Artigos	8	4	4	5
Preposições	14	14	12	12
Pronomes	2	2	0	1

A análise dos dois processos de retextualização: fala/escrita (informante AB) e escrita/fala (informante AW) sugere que, no primeiro processo (fala/escrita), o texto escrito, produzido após o falado, apresenta uma acentuada redução no volume de linguagem devido à eliminação de marcadores simples, repetições, hesitações e frases fragmentadas. Desaparece a ordem "caótica" e surge um texto bem ordenado com elementos encadeadores usados com mais precisão. O termo *assim* aparece no final do texto escrito para concluir as idéias apresentadas enquanto o texto oral não apresenta conclusão marcada. Além disso, alguns termos concretos (*TV, novelas, comerciais*) do texto oral são substituídos por um termo abstrato (*mídia*) no texto escrito. Observa-se também, nesse último tipo de texto, a introdução de terminologia mais técnica (*sintaxe, morfologia, empréstimos, vocábulos*), inexistentes no texto oral.

Outra colocação a fazer é a respeito do nível de formalidade de algumas expressões e o tom dos dois discursos. O sintagma *acho que*, que apareceu 4 vezes no texto oral da informante AB, foi substituído por *acredito que* e *me parece (que)*, no texto escrito, tornando-o menos informal. O discurso oral possui um tom mais emocional enquanto o discurso escrito, um tom menos emocional. Isso nos leva a concluir que as marcas de subjetividade estão mais fortemente marcadas no texto falado. Contudo, não se pode afirmar que o texto escrito seja totalmente neutro. Embora o texto escrito apresente um tom um pouco menos emocional do que o oral, ele ainda é bastante marcado pela presença do sujeito.

O pronome *eu*, marca explícita do sujeito, não apareceu no texto escrito; no entanto, a conjugação dos verbos na primeira pessoa do presente do indicativo *acredito que* e *não consigo* marcam implicitamente sua presença. Embora o pronome "eu" esteja omitido nesses dois exemplos, ele está presente sob a forma da marca verbal. Além disso, a expressão *no momento* (L3), do texto escrito, coloca a informante no centro de seu discurso através do tempo (agora) e do espaço (aqui). A presença das expressões *acredito que, me parece (que)* e *talvez*, no texto escrito, fazem transparecer um pouco da personalidade da produtora do texto. Através delas, é possível perceber sua insegurança em manifestar opiniões sem ter tido tempo para refletir sobre elas. A informante parece ter receios em se comprometer com seu discurso, justificando-se através da seguinte explicação: *não consigo lembrar no momento de exemplos nesse sentido*. Esse tipo de manifestação é observável também no texto oral. Ao produzir seu texto oralmente, a informante, já no início, dá seu depoimento sobre seu desconforto diante da situação, admitindo ser difícil falar sem preparo prévio: *me pegou de surpresa* (L2).

A informante AB, ao escrever seu texto, parece querer se distanciar de seu discurso para tentar suprir as lacunas deixadas em sua fala e resgatar as idéias não expressas claramente, ao mesmo tempo em que parece tentar se recuperar do mal-estar provocado pela situação inesperada. Por essa razão, procura manifestar uma maior maturidade na escrita, inserindo termos mais técnicos e palavras mais abstratas em orações com encadeamento mais preciso.

No segundo processo de retextualização (escrita/fala), o texto falado, produzido após o escrito, apresenta um pequeno aumento no volume de linguagem devido principalmente à inserção de marcadores simples. As repetições, hesitações e frases fragmentadas não são tão acentuadas como no processo anterior, e os marcadores parecem exercer a função de substitutos da pontuação. O texto oral mantém basicamente a ordem do texto escrito e até mesmo a maior parte dos encadeadores. Os substantivos e adjetivos também se repetem, em sua maioria, no texto oral. Nesse sentido, constata-se que não houve muita variação lexical de um texto para o outro nesse processo.

Contudo, percebe-se algumas diferenças. O termo *através* (L2), no texto escrito, é substituído por *por causa do* (L2), no texto oral, para expressar a mesma idéia. Além disso, alguns termos concretos, que fazem parte do campo lexical da informática, aparecem no acervo lexical do texto oral, mas não no do texto escrito (*internet, computador*). O uso de termos mais concretos parece ser uma tendência da oralidade, independentemente da ordem em que os textos falados são produzidos (antes ou depois de textos escritos).

Não se pode deixar de comentar também o uso da expressão *acho que*. Esse marcador aparece uma vez no texto escrito e duas vezes no texto oral. O fato de a informante AW ter começado seu texto escrito com esse sintagma nos mostra que ela está sendo mais informal do que a informante AB, que iniciou seu texto escrito com *acredito que*. O uso dessa expressão pode levar a pelo menos duas interpretações. A primeira é a de que a informalidade faz parte da personalidade da produtora do texto e a segunda é a de que a informante estava se sentindo mais à vontade do que a anterior diante da possibilidade de poder escrever seu texto e refletir sobre ele, mesmo que rapidamente, antes de retextualizá-lo.

Embora mais informal, essa informante parecer estar mais distante dos textos, tanto do texto escrito quanto do texto oral, do que a informante AB. Não há nenhuma ocorrência do pronome *eu*, no texto escrito, e apenas uma ocorrência, no início do texto oral. Em nenhum momento, os verbos foram conjugados na primeira pessoa do presente do indicativo. Não há também nenhuma evidência de tempo e espaço que possa localizar o sujeito.

O texto escrito e o texto oral da informante AW possuem basicamente a mesma estrutura e as mesmas informações em uma ordem bastante aproximada. Assim, é possível perceber que o texto escrito parece ter servido como um roteiro para a produção do texto oral, que foi fielmente seguido dada a proximidade de tempo e as condições em que os textos foram produzidos.

Discussão

Os dois processos de retextualização observados neste estudo apontam para um subjetividade marcada não apenas por características comuns a todos os falantes (marcadores, elementos de transição, léxico) mas também por identificações pessoais do produtor do texto, que manifestam características de sua personalidade, representadas por esses elementos. É necessário comentar que essas identificações são mais visíveis quando um processo de retextualização é comparado com outro.

As informações obtidas através da análise do plano do conteúdo e do inventário lexical dos textos falados e escritos das duas informantes nos levam a concluir que a subjetividade, dentro de um processo de retextualização se apresenta sob a forma de um contínuo. No processo de retextualização (fala/escrita), o grau de subjetividade da produção oral é bastante superior ao da produção escrita. No processo de retextualização (escrita/fala), o grau de subjetividade da produção oral é um pouco superior ao da escrita. A amostra dessa pequena pesquisa indicou que, quando o texto escrito é produzido antes da fala, o discurso oral parece ser uma reprodução do escrito; quando o texto falado é produzido antes da escrita, o discurso escrito parece ser uma reordenação do oral.

Dessa forma, considerando os resultados obtidos nesse estudo, observa-se que o primeiro texto produzido influi diretamente na produção do segundo e, como consequência, a diferença do grau de subjetividade entre os dois textos (oral e escrito) depende da ordem em que são produzidos no processo de retextualização. Quando comparados separadamente, notamos que os dois textos escritos, tanto de AB quanto de AW, possuem menor grau de subjetividade do que seus respectivos textos falados. Contudo, quando comparamos os dois processos de retextualização, o que observamos é que no processo em que a fala ocorre antes da escrita, a diferença do grau de subjetividade aumenta entre as duas modalidades de texto; e no processo em que a escrita ocorre antes da fala, essa diferença diminui.

Uma possível explicação para esse fenômeno é o distanciamento do sujeito em um texto e outro. No primeiro processo de retextualização (fala/escrita), o sujeito está muito mais envolvido no texto oral do que no texto escrito. Ao passar para o texto escrito, a informante procura afastar-se do processo para codificar melhor suas idéias. No segundo caso de retextualização (escrita/fala), o sujeito inicia seu processo já afastado de seu texto, e essa distância diminui discretamente no texto falado. Com base nessas observações, procuramos representar graficamente o grau de subjetividade envolvido nos dois processos de retextualização discutidos neste trabalho:

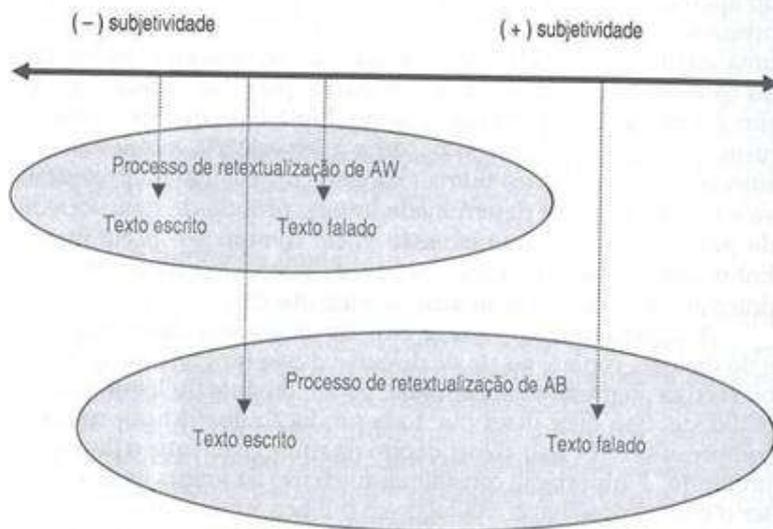


Figura 1
Grau de subjetividade envolvidos nos dois processos de retextualização – escrita/fala (AW) e fala/escrita (AB).

Esse estudo procurou trabalhar com textos falados e escritos autênticos e suas retextualizações, produzidos em situação de coleta controlada quanto ao tópico e falantes, a fim de observar o quanto a subjetividade poderia interferir no processo. Os textos falados apresentaram uma série de características típicas da fala, tais como hesitações, repetições, cortes sintáticos e marcadores conversacionais. Nos processos de retextualização, a mudança mais significativa foi a eliminação (fala/escrita) e o aumento (escri-

ta/fala) de marcadores verbais simples, dependendo do processo. No entanto, no processo de AW, as estratégias do texto escrito são preservadas no texto falado enquanto, no processo de AB, as estratégias do texto falado são reestruturadas para a confecção do texto escrito.

Como não há relação natural, imediata e direta entre o homem e o mundo, nem entre o homem e o homem, Benveniste (1995) sugere que é preciso haver um intermediário que torne possíveis o pensamento e a linguagem. A linguagem é um sistema simbólico especial, organizado em dois planos. De um lado é um fato físico, utiliza a mediação do aparelho vocal para produzir-se e do aparelho auditivo para ser percebida. Sob esse aspecto material presta-se à observação, à descrição e ao registro. De outro lado, é uma estrutura imaterial, comunicação de significados, substituindo os acontecimentos ou as experiências pela sua "evocação". Assim é a linguagem, uma entidade de dupla face, que, para Benveniste, organiza o pensamento, torna a experiência interior de um sujeito acessível a outro numa expressão articulada e representativa e realiza-se numa determinada língua, própria de uma sociedade particular, não numa emissão vocal comum à espécie inteira. Enfim, a linguagem relaciona palavras e conceitos no discurso e é a única atualização da comunicação intersubjetiva.

A situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor ou escritor, representa a realidade; para o ouvinte ou leitor, recria a realidade. Isso quer dizer que toda produção linguística pressupõe compreensão. Por isso, dependendo da situação em que o discurso é proferido, é importante considerar que o uso da língua padrão pode ser o mais aconselhável. As falas em público, onde se incluem aulas e conferências, exigem um discurso claro, objetivo e fluente. Nesse caso, escrever antes de falar seria mais apropriado para evitar a interferência de elementos pragmáticos indesejáveis (hesitações, repetições e cortes na fala). O processo de retextualização em que a escrita foi produzida antes da fala mostrou, nesse estudo, ser mais adequado para essas ocasiões mais formais. O texto escrito, nesse processo, funcionou como o planejamento da fala, diminuindo a possibilidade de interferências subjetivas.

Como o homem não é apenas um ser que fala, é também um ser que escreve, é preciso observar tanto sua fala como sua escrita para constatar as marcas de subjetividade. Contudo, escrever um texto falado ou falar um texto escrito requer diferentes tipos de processamento. Por essa razão, deve-se analisar a relação entre fala e escrita como potenciais processos de retextualização cujas dife-

renças nem sempre distinguem a modalidade oral da modalidade escrita, mas sim distinguem modelos de processamento. É importante lembrar, no entanto, que esses modelos dependem das condições de produção dos textos, da situação comunicativa, da personalidade do produtor bem como de seu estado emocional e da ordem de precedência da modalidade textual.

A partir dessas reflexões, chega-se à conclusão de que os processos de retextualização poderiam ser uma boa prática de avaliação no contexto de ensino da Língua Portuguesa. A identificação de diferentes estratégias de planejamento e de marcas de subjetividade poderiam ajudar o aprendiz a melhorar seu desempenho oral e escrito. A análise de seu próprio processo de retextualização possibilitaria ao aluno um reconhecimento de seu modo de falar e de escrever e proporcionaria a ele fazer modificações intencionais em seu discurso a fim de adequá-lo a diferentes situações. Essa análise serviria também ao professor, que poderia conhecer melhor seus alunos através de identificações pessoais e, assim, indicar métodos adequados às suas necessidades.

Considerações finais

Na perspectiva defendida por Marcuschi (2001), fala e escrita são modos de representação cognitiva e social que se revelam em práticas específicas. Postular algum tipo de supremacia ou superioridade de alguma das duas modalidades seria uma visão equivocada, pois não se pode afirmar que a fala é superior à escrita ou vice-versa. Em primeiro lugar, deve-se considerar o aspecto que se está comparando e, em segundo, deve-se considerar que esta relação não é homogênea nem constante.

O aspecto abordado neste estudo foi o grau de subjetividade e, sob esse ângulo, procuramos avaliar as características da fala e da escrita dentro de dois processos de retextualização. No primeiro processo, a fala foi produzida antes da escrita e, no segundo, a escrita foi produzida antes da fala. Através das análises dos resultados, verificamos que os graus de subjetividade envolvidos nas duas modalidades dependem da ordem de precedência dos textos. No processo em que a fala ocorreu antes da escrita, houve maior diferença no grau de subjetividade entre o texto falado e o escrito; no processo em que a escrita ocorreu antes da fala, houve menor diferença no grau de subjetividade entre as duas modalidades de texto. As relações entre as orações e o léxico mostraram possíveis marcas da personalidade dos produtores dos textos e de suas reações diante da situação discursiva proposta.

Estamos cientes de que uma amostra tão pequena não é suficiente para chegar a afirmações conclusivas. Contudo, achamos oportuno buscar novos fenômenos que possam incrementar a discussão envolvendo a fala e a escrita, e os processos de retextualização parecem ser fontes bastante férteis a serem exploradas.

Referências

- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral*. Campinas: Pontes, 1996.
- CASTILHO, A. T. de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 2000.
- DIONISIO, A. P. et al. (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- FARACO, C. A.; TEZZA, C. *Prática de texto: língua portuguesa para nossos estudantes*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- FÁVERO, L. et al. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino da língua materna*. São Paulo: Cortez, 1999.
- MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1987.
- . *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 2000.
- VILELA, M.; KOCH, I. V. *Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso*. Coimbra: Almedina, 2001.